

Carta aos diocesanos de Lisboa, no início do ano pastoral 2018-2019

1. Saúdo-vos a todos com muita estima no início de mais um ano dedicado à receção da Constituição Sinodal de Lisboa. Mantendo o objetivo transversal de **FAZER DA IGREJA UMA REDE DE RELAÇÕES FRATERNAS** (CSL, 60), para reforçar a participação e a corresponsabilidade comunitárias a todos os níveis da vida paroquial e diocesana, incidiremos especialmente no nº 47: **VIVER A LITURGIA COMO LUGAR DE ENCONTRO COM DEUS E TAMBÉM DA COMUNIDADE CRISTÃ ENQUANTO POVO DE DEUS QUE CELEBRA**.

Como, entretanto, o Papa Francisco destinou o mês de outubro de 2019 à intensificação missionária da vida eclesial e a Conferência Episcopal Portuguesa alargou esse objetivo a todo o ano antecedente, teremos muito em conta o que o Santo Padre nos diz no nº 142 da Exortação apostólica *Gaudete et Exultate* sobre o chamamento à santidade no mundo atual: «Partilhar a Palavra e celebrar juntos a Eucaristia torna-nos mais irmãos e vai-nos transformando pouco a pouco em comunidade santa e missionária».

É uma feliz síntese sobre a comunidade que escuta, partilha e celebra, assim mesmo crescendo em fraternidade, santidade e missão. Bem podemos tomar este trecho como lema do nosso ano pastoral, unindo todos os seus motivos.

Ao longo do ano muito se fará decerto em termos de formação orante e litúrgica. Peço às comunidades que aproveitem para tal todas as ocasiões pastorais: iniciação cristã, catequese, celebrações – tudo é espaço e tempo para formação sobre o modo cristão e eclesial de rezar e celebrar. O Departamento de Liturgia realizará ações formativas nas Vigararias, contando com boa participação de todos, mormente dos que têm especiais funções litúrgicas. Também o Instituto Diocesano de Formação Cristã oferece o seu valioso contributo nesse sentido. Assim cresceremos em santidade e missão, pois Deus chama para enviar.

2. O número 47 da nossa Constituição Sinodal, depois da frase citada, continua assim: «Além da beleza dos espaços e dos ritos, da música e do canto, a celebração da fé é chamada a educar para a interioridade, para a comunhão e para o silêncio, criando momentos que disponham à escuta de Deus. É necessário cuidar sempre da formação litúrgica das comunidades, para que tanto os que exercem ministérios, como toda a assembleia, entrem em diálogo com o Senhor. É, por isso, de grande utilidade uma permanente catequese mistagógica que introduza toda a comunidade na vivência dos tempos litúrgicos e na compreensão dos seus símbolos e ritos».

Podemos tomar este trecho como um conjunto de alíneas programáticas: A) Qualidade do espaço e da celebração. B) Comunidade que escuta realmente o seu Deus. C) Formação e mistagogia para entender o que se celebra.

Temos de progredir em todos estes pontos. A qualidade da celebração liga-se ao respeito pela sua natureza, como a Igreja a dispõe nos livros litúrgicos, que condensam séculos de experiência orante, com várias possibilidades e aplicações concretas. Vale pela oportunidade e o estímulo que dá a todos e a cada um para acolher a Deus, na Palavra escutada e na oblação de Cristo, por nós e para nós. Desdobra a sua Páscoa num ciclo anual que a prepara e repercute na vida da Igreja e para a vida do mundo.

É fundamental compreendermos e exercitarmos tudo isto e antes de tudo o mais. Ainda bem, se dispomos de bons espaços, de bons leitores e cantores, de ministros bem formados e competentes. Mas é imprescindível que em cada celebração a Palavra seja realmente escutada e assimilada e os ritos sejam entendidos como gestos de Cristo no seu

corpo eclesial. A Liturgia não é ocasião para protagonismos que nos distraiam da ação essencial de Cristo, que acolhe a vontade do Pai e a isso nos leva, pelo Espírito.

Bem celebrada, a Liturgia tem resultados precisos. Se, por exemplo, levarmos muito a sério o ato penitencial com que começa a Santa Missa, pedindo convictamente o perdão de Deus para os nossos pecados “por pensamentos e palavras, atos e omissões”, cresceremos muito mais em verdadeira conversão evangélica, como sempre urge e particularmente hoje em dia. Se ouvirmos atentamente as Leituras bíblicas, perceberemos muito melhor as aclamações “Palavra do Senhor” e “Palavra da salvação”, bem como a sua necessária repercussão na nossa vida. Se, no início da Oração Eucarística, cantarmos “Santo, Santo, Santo...” com sentimento e melodia correspondentes à profunda reverência com que o profeta tal ouviu diante de Deus (cf. Is 6, 3), estaremos mais preparados para o memorial da morte e ressurreição de Cristo, que a seguir se faz. Se nos saudarmos realmente “na paz de Cristo”, entenderemos melhor que só desta se trata, naquele momento essencial de comunhão com Ele e a partir dele. Se assim celebrarmos a Santa Missa, melhor efetivaremos o “Ide!” missionário com que ela nos envia a alargar a “paz” que recebemos.

Estas e outras concretizações litúrgicas podem ser aprofundadas ao longo deste ano pastoral, comunidade a comunidade. Também os vários Rituais são excelente base de aprendizagem e ensino, com as respetivas introduções e notas. Ganharemos muito se o fizermos, porque a Liturgia devidamente preparada e celebrada é uma grande escola de oração e vida em Cristo.

3. A 4 de dezembro de 1963 o Concílio Vaticano II aprovou a Constituição Sacrosanctum Concilium, documento base de toda a reforma litúrgica que recebemos. É tempo de a reler atentamente, recolhendo os seus propósitos e disposições, hoje tão atuais como então.

A Constituição apresenta-nos a Liturgia como revelação e exercício do quanto somos como Igreja de Cristo, «que tem como característica ser, simultaneamente, humana e divina, visível e dotada de realidades invisíveis, empenhada na ação e dedicada à contemplação, presente no mundo e todavia peregrina, mas de forma que o que nela é humano se deve ordenar e subordinar ao divino, o visível ao invisível, a ação à contemplação, e o presente à cidade futura que buscamos» (SC, 2).

Faz-nos bem retomar este trecho para compreendermos o lugar central da Liturgia na vida da Igreja e vivermos coerentemente com o que nela ouvimos e celebramos. Compartilhamos a vida de todos os seres humanos e da criação no seu conjunto. Mas sabemos também que na Páscoa de Cristo a criação passa a nova criação, onde tudo se renova e culmina. A Liturgia cristã faz-nos viver intensamente esta passagem, onde os elementos naturais se transcendem e a eternidade repassa o tempo que a anseia. Se não a compreendermos assim para a celebrarmos melhor, pouco teremos para receber e oferecer que seja realmente novo, definitivamente novo.

O Concílio quis concretizar nos seus dias – que basicamente continuam a ser os nossos - a “forma” essencial da Igreja, como a apresentam os textos neotestamentários. É assim que podemos falar de “reforma”, algo de cíclico em dois milénios cristãos, para que a forma original nunca se perca no desenvolvimento que ela própria induz e garante.

Aliás, isto mesmo aconteceu em anteriores “reformas”, como a da “grande Igreja” (dos séculos IV e V), a “pastoral” (do Papa Gregório Magno, séculos VI-VII), a “carolíngia” (do tempo de Carlos Magno, séc. VIII-IX), a “gregoriana” (do Papa Gregório VII, séc. XI), a “mendicante” (do século XIII), a “tridentina” (do Concílio de Trento, séc. XVI): todas elas procuraram retomar e relançar a “forma” cristã essencial nos tempos próprios de cada uma, com as respetivas repercussões litúrgicas. Assim aconteceu também com o Concílio Vaticano II, que tanto esteve atento aos “sinais dos

tempos” como recuperou e aprofundou fontes antigas. E assim continuará a ser decerto, numa Tradição viva que não se contradiz, mas apura.

Retenhamos estas elucidativas palavras do Papa Montini – São Paulo VI em outubro próximo - sobre o novo Missal, proferidas na basílica de São Pedro a 19 de novembro de 1969: «Nada é mudado na substância da nossa Missa tradicional. [...] A unidade entre a Ceia do Senhor e o Sacrifício da Cruz, a renovação representativa de uma e de outro na Missa é inviolavelmente afirmada e celebrada no novo ordenamento, tanto como era no precedente». Concluindo com palavras que se podem alargar a toda a reforma conciliar, da Missa à missão: «Não digamos, pois, “nova Missa”, mas antes, “nova época da vida da Igreja”» (in Enquirídio dos documentos da reforma litúrgica (EDREL), Fátima, Secretariado Nacional da Liturgia, 2014, p. 418-419).

No mesmo sentido se pronunciou várias vezes São João Paulo II. Por exemplo, neste trecho da sua Carta apostólica *Vicesimus quintus annus* (4 de dezembro de 1988), referindo-se aos ritos e livros litúrgicos, como foram sendo publicados: «Esse trabalho foi feito seguindo o princípio conciliar: fidelidade à tradição e abertura ao progresso legítimo; assim, pode dizer-se que a reforma litúrgica é rigorosamente tradicional, atendo-se “às normas dos Santos Padres”» (in EDREL, p. 1136).

O Papa Bento XVI, na Exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum Caritatis*, publicada a 22 de fevereiro de 2007, salientou: «O Sínodo dos Bispos pôde avaliar o acolhimento que a mesma [reforma litúrgica] teve depois da assembleia conciliar; inúmeros foram os elogios; como lá se disse, as dificuldades e alguns abusos assinalados não podem ofuscar a excelência e a validade da referida renovação litúrgica, que contém riquezas ainda não plenamente exploradas. Trata-se, em concreto, de ler as mudanças queridas pelo Concílio dentro da unidade que caracteriza o desenvolvimento histórico do próprio rito, sem introduzir ruturas artificiais» (SC, 3, in EDREL, p. 2210).

Mais recentemente, no seu Discurso aos participantes na 68ª Semana Litúrgica Nacional (italiana), a 24 de Agosto de 2017, o Papa Francisco insistiu na necessidade de conhecermos melhor a reforma e as suas fontes, bem como de interiorizarmos os seus princípios e observarmos a sua disciplina, concluindo que «após este longo caminho, podemos afirmar com segurança e com autoridade magisterial que a reforma litúrgica é irreversível».

Destes trechos pontifícios devemos tirar conclusões de doutrina e de prática. De doutrina, salientando continuidades e não ruturas, pois é o tempo de Cristo que se revive e celebra em cada época que o concretiza. De prática, porque no corpo eclesial de Cristo não prevalece o arbítrio de cada um, mas o respeito pelo que é de todos para todos.

4. A oração cristã repercute pessoal e comunitariamente em nós, por ação do Espírito, o que existe em Cristo, como Filho de Deus. É essencial este ponto, e devemos tê-lo muito em conta na catequese, na celebração e no acompanhamento espiritual. Tanto mais quanto algumas palavras como “oração”, “espiritualidade”, “meditação” e similares podem transportar conteúdos que não correspondem à prática pessoal e ao ensinamento evangélico de Cristo.

A oração filial de Cristo sustentou todo o seu percurso na terra, como há de sustentar o nosso: «A sua atividade quotidiana vemo-la estreitamente ligada à oração, como que nasce da oração. [...] Aquilo que Jesus fez, isso mesmo ordenou que fizéssemos nós. “Orai” – diz repetidas vezes – “rogai”, “pedi”, “em meu nome”. E até nos deixou, na oração dominical [Pai Nosso], um modelo de oração. Inculca a necessidade da oração, oração humilde, vigilante, perseverante e cheia de confiança na bondade do Pai, feita com pureza de intenção, consentânea com a natureza de Deus» (Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas, in EDREL, p. 476-477).

Este documento citado é excelente guia para a oração, que podemos aproveitar no presente ano pastoral. Creio que, progredindo neste sentido, pessoal e comunitariamente, das famílias às catequeses, lugar a lugar, muito contribuiremos para o crescimento espiritual e ativo da nossa Igreja diocesana. E também para a missão, pois tudo o que nos aproxima de Deus nos projeta para os outros. Cristo, que nos leva ao Pai, é o mesmo Cristo que nos espera em cada um.

Por sua vez, o Catecismo da Igreja Católica dedica à oração cristã toda a sua quarta parte, plena também de considerações doutrinárias e sugestões práticas. No seu número 2698, por exemplo, elenca-nos os ritmos tradicionais da oração cristã – diária, dominical e no ciclo anual: «Alguns são quotidianos: a oração da manhã e da noite, antes e depois das refeições, a Liturgia das Horas. O Domingo, centrado na Eucaristia, é santificado principalmente pela oração. O ciclo do ano litúrgico e as suas grandes festas constituem os ritmos fundamentais da vida de oração dos cristãos». E o número 2679 lembra-nos que a nossa ligação a Cristo inclui a sua Mãe: «Como o discípulo amado, nós acolhemos em nossa casa a Mãe de Jesus que se tornou Mãe de todos os viventes. Podemos orar com Ela e orar-Lhe a Ela. A oração da Igreja é como que sustentada pela oração de Maria. Está-lhe unida na esperança».

Muitos dos nossos templos – que foram de antigos mosteiros, conventos e colegiadas - conservam cadeirais onde noutros tempos se rezavam publicamente as Horas litúrgicas. Seria muito bom que, por toda a Diocese, se formassem grupos de oração que, em várias igrejas e com ritmo certo, as rezassem também, oferecendo a quem viesse idêntica oportunidade. Sei que assim vai acontecendo já, mas este ano é boa ocasião para acontecer muito mais. Também porque, como lembra o mesmo documento, «a oração comunitária possui uma dignidade especial, baseada nestas palavras de Cristo: “Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, Eu estou no meio deles”» (in EDREL, p. 479).

Estou certo de que a Mãe de Jesus, presente na primeira comunidade reunida em oração (cf. Ac 1, 14), nos guiará neste caminho, para nos retomarmos como Igreja santa e missionária. O que é inteiramente para Deus projeta-nos inteiramente para os outros.

Quero ainda pedir-vos, caríssimos diocesanos, comunhão profunda e orante com o Santo Padre, que com tanta coragem e lucidez guia a Igreja neste momento de purificação espiritual e prática. Estamos com o Papa Francisco, como ele está com Cristo e o Evangelho.

Convosco, em oração e missão,

+ Manuel, Cardeal-Patriarca

Lisboa, 1 de setembro de 2018